



24 DE JANEIRO

**DIA NACIONAL
DE LUTA**



NÃO A MILITARIZAÇÃO

**O INSS NÃO PRECISA DE
INTERVENÇÃO MILITAR!**

CONCURSO PÚBLICO JÁ!

Carta Aberta Nacional Contra o Desmonte do INSS

A contrarreforma da previdência, aprovada pelo Governo Bolsonaro, retirou direitos de todos(as) os(as) trabalhadores(as). Quem não tinha direito à aposentadoria até a data da aprovação da reforma, vai amargar uma série de regras de transição, que muitas vezes, pode obrigar a classe trabalhadora, tanto da iniciativa privada e do serviço público a pagar o INSS por mais 10 anos. Além disso, a reforma aumentou as alíquotas de contribuição para os(as) trabalhadores(as), rebaixou a fórmula de cálculo dos benefícios e reduziu o valor das pensões e dos benefícios por incapacidade.

Um exemplo é aposentadoria por invalidez, a população após ficar incapaz de trabalhar, muitas vezes, por ter adoecido no próprio processo de trabalho, que a cada dia fica mais precário, poderá ter sua renda reduzida em até 49%, no momento que terá possivelmente mais gastos com sua saúde.

Para os(as) trabalhadores(as) aposentados(as), o governo congela e arrocha os salários. Porém, o que Bolsonaro e seu Ministro Paulo Guedes não falam é que as grandes empresas sonegadas da previdência devem mais de 400 bilhões. E mentem dizendo que os trabalhadores(as) são os responsáveis por um suposto déficit.

Além de tudo, o governo promove o sucateamento das agências fechando muitas unidades. No final de 2019, anunciou que serão fechadas 50% das agências do INSS e anunciou a contratação de 7 mil militares para atender nas Agências do INSS. Trata-se de uma intervenção militar na previdência, pois o governo ao invés de realizar **CONCURSO PÚBLICO** e ter servidores para atender a população, coloca militares, cuja formação não é para atendimento à população e, além disso não irá resolver o problema dos processos que aguardam meses para serem analisados.

Ao mesmo tempo que congela os salários e retira direitos, o governo vem desmontando o INSS. Quem precisa do atendimento nas agências sente isso na pele: como não tem concurso, não há funcio-

nários(as) para atender e a solução do INSS foi jogar todos os processos para o chamado “**MEU INSS**”, ou seja, literalmente nas nuvens, com processos aguardando meses para serem analisados.

Hoje em dia é praticamente impossível ser atendido por um servidor(a) para que o(a) trabalhador(a) entenda o andamento do seu processo, já que a gestão atual do INSS reduziu imensamente os atendimentos presenciais. Sem contar ainda o sucateamento das agências e fechamento de muitas unidades.

Como mais uma medida absurda, o governo quer exterminar o Serviço Social do INSS, através da edição da MP nº 905/2019. Além dessa medida, desde 2016, a gestão do INSS vem esvaziando esse serviço, retirando os(as) assistentes sociais de suas atividades através de assédio moral. O Serviço Social na previdência existe há mais de 75 anos, tendo como principal atividade esclarecer a população sobre seus direitos. Como isso não interessa para esse governo e a gestão do INSS quer acabar com o atendimento presencial nas agências do INSS, a solução do governo é **EXTINGUIR O SERVIÇO SOCIAL DO INSS**.

A **FENASPS** e o **SINTSPREV-MS**, que são entidades que representam estadual e nacionalmente os(as) trabalhadores(as) do INSS e da Saúde federal, estão na luta em defesa da classe trabalhadora, independentemente de serem servidores(as) públicos(as) ou de empresas privadas. O Governo deixou bem claro que, depois de fazer a reforma trabalhista e da Previdência, o próximo passo é atacar os funcionários(as) públicos(as), responsáveis pelo atendimento no SUS e no INSS, tendo como objetivo acabar com os serviços públicos, impedindo o acesso da população aos seus direitos.

A luta de todos e todas será necessária em defesa da Previdência Social pública, contra congelamento e redução salarial, contra o fechamento das Agências da Previdência Social e em defesa do Serviço Público.

SEM INSS NÃO HÁ DIREITOS À POPULAÇÃO! JUNTE-SE TAMBÉM NESTA LUTA!

NÃO A MILITARIZAÇÃO!!!

CONCURSO PÚBLICO JÁ!!!

SE 90% DO ATENDIMENTO ESTÁ SENDO REALIZADO PELOS CANAIS REMOTOS, COMO SE EXPLICA COLOCAR 7.000 MILITARES PARA ATENDER 10% DA DEMANDA DO INSTITUTO?

Se há orçamento para custear pagamentos de militares, por que o governo não investe em concurso público?

A **FENASPS** e o **SINTSPREV-MS**, por meio de diversas publicações, vêm denunciando o caos instituído no INSS há anos. No apagar das luzes do ano de 2019, o ministro da Economia e o presidente do INSS, em declarações triunfais, anunciaram que o INSS, mesmo tendo reduzido o quadro de servidores(as) em 40%, aumentou sua produtividade. Publicamos recentemente uma nota corrigindo estas ilações, pois já denunciávamos que os milhões de processos na nuvem virtual representavam uma bomba-relógio de efeito retardado.

Nem bem se iniciou 2020, o governo utiliza-se das mídias colocando o INSS como assunto central. Como se fosse uma realidade nova, passa a informar a existência de milhões de processos – na “nuvem” – aguardando análise e a insuficiência de servidores(as) para atendimento dessa demanda, situação que se amplia na autarquia desde 2016, com o início da implantação do INSS Digital. Nas mesmas matérias publicadas, o governo espalha fakenews, afirmando que o “atendimento melhorou”. **Na realidade, os(as) servidores(as) trabalham sobre pressão para atingir metas por produtividade e vivenciam situações de assédio moral institucional cotidiano. Sem condições mínimas de trabalho, na grande “era digital” anunciada massivamente pelo presidente do INSS, nem mesmos os sistemas funcionam, e o resultado é que grande parcela dos(as) servidores(as) está adoecida e afastada do trabalho. Para o ministro da Economia, a solução é realizar o grande “pente-fino” de perícias nos servidores(as), obrigando a retornarem ao trabalho, mesmo adoecidos(as).** Não podemos deixar de lembrar que o próprio governo extinguiu o Subsistema Integrada de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), ou seja, a saúde do(a) servidor(a) era algo descartável.

Para piorar este cenário, gestão do INSS reduziu em 90% o atendimento presencial nas unidades do INSS, retirando os(as) servidores(as) do atendimento e remanejando-os(as) para a análise, literalmente direcionando grande parcela da população para intermediários, ou seja, os(as) trabalhadores(as) passaram a pagar por um serviço

que o Estado deveria fornecer. Recentemente, o governo anunciou o fechamento de 50% das unidades do INSS, dificultando ainda mais o acesso da população aos seus direitos previdenciários.

Contraditoriamente, o ministro da Economia anunciou no dia 14 de janeiro, mais uma medida estapafúrdia: contratação de sete mil militares da reserva apenas para atendimento nas agências do INSS, considerando que esses militares não podem realizar as análises de processo.

Considerando a complexidade da matéria previdenciária, como a gestão do INSS vai transformar militares em especialistas previdenciários em curto espaço de tempo?

É evidente que essa medida não resolve os problemas estruturais do INSS: a intenção do governo é inserir militares no serviço público, na maior autarquia desse país, para atender unicamente a seus interesses políticos. Ainda, trata-se de uma medida inconstitucional, ferindo o Art. 37 da Constituição Federal de 1988, além do descumprimento da Lei 10.355/2001, que rege a carreira do Seguro Social.

Diante do flagrante descumprimento da lei, realizaremos denúncia nos órgãos de controle – CGU e TCU, por exemplo – e buscar apoio junto à OAB, à DPU, e ao Ministério Público Federal, além de centrais sindicais e outras organizações.

Os(as) servidores(as) e o conjunto da classe trabalhadora não aceitarão essas medidas! **No próximo 24 de janeiro, Dia Nacional do Aposentado(a), a FENASPS e o SINTSPREV-MS realizarão ATOS nas gerências e unidades de trabalho do INSS em todo o país.**

O INSS não precisa de intervenção militar e sim um projeto de gestão voltado para sua missão institucional, como concurso público, investimento na carreira do Seguro Social e na saúde do(a) servidor(a), para assim atender aos milhões de brasileiros e brasileiras que necessitam dos benefícios e serviços da Previdência Social.

ALVIM E O INSS: AMBOS OS ATAQUES REVELAM A NATUREZA DO GOVERNO BOLSONARO

O vídeo do ex-secretário de Cultura de Bolsonaro foi um escândalo, porque explicita, de uma vez por todas, a natureza autoritária deste governo. Só o compromisso com ideias e um programa fascizantes leva à apologia ao nazismo, um dos crimes mais cruéis contra a humanidade de toda a história. Sua demissão, após sofrer amplo repúdio – até mesmo da embaixada da Alemanha em Israel – não aconteceu por afrontar a visão do governo. Zélia Duncan em seu twitter foi brilhante: “O combinado é ser, sem parecer ser. Alvim quebrou o pacto, mostrou quem todos eles são”. A demissão do secretário obedece apenas à lógica de preservação do governo, pego ao ultrapassar publicamente a linha do rubicão. Apenas por entregar os anéis.

Todas as medidas econômicas e sociais propostas seguem este caminho: o desmonte da educação, da saúde, da previdência social, da cultura, da arte, do emprego, dos direitos trabalhistas e das medidas de preservação ambientais.

Também é parte do projeto a amplificação das fobias e preconceitos sociais, construídas histórica e estruturalmente no Brasil. Bolsonaro e seus ministros reforçam de forma consciente e intencional as opressões em declarações públicas e decisões inaceitáveis. Isto porque o racismo, o machismo e a LGBTfobia têm sido instrumentos de luta política, sem nenhum escrúpulo, com resultados catastróficos e a um custo social altíssimo.

Se as medidas e declarações do governo atingem com mais força os povos da periferia, a juventude, negros e negras, mulheres e povos indígenas, aqueles que vivem de sua própria força de trabalho estão também nesse vendaval.

O anúncio de 7.000 militares para “trabalharem” no INSS é grave. Aplica-se um tipo de reforma que não foi aprovada pelo Congresso Nacional. É a substituição de concurso público pela lotação de uma corporação treinada para enfrentar o inimigo externo.

Quem é o inimigo na visão desse governo? São os famélicos, pobres de todo gênero, desempregados, jovens negros e negras, uberizados de todo tipo, professores, pesquisadores, artistas, LGBTs, assalariados e todas e todos que divergirem do governo, incluindo sua oposição e jornalistas.

E é contra os inimigos do governo que os

7.000 militares convocados atuarão.

O caos no INSS foi anunciado em decisões do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União, pelas entidades de servidores, pela mídia, etc. Isto estava previsto já que o INSS é uma instituição que teve 40% de seu efetivo aposentado e, em contrapartida, a demanda foi aumentada pelo crescimento vegetativo da população e pela crise econômica que ampliou a necessidade de suporte social.

Que tenhamos quase 2 milhões de requerimentos de benefícios sem análise e o sistema inoperante para analisar benefícios a partir da data da reforma é um completo escárnio que precisa ser resolvido com uma solução evidente: contratação e treinamento, via concurso público, para recompor a mão de obra.

Um dos pilares para o “sucesso” desse governo neste ano é conseguir aplicar um brutal arrocho nas contas públicas, que é a exigência dos mercados após reforma da previdência. A PEC da reforma administrativa, com todas as maldades contra a população e os servidores, já caminha nos corredores do Congresso, com o apoio sorridente de Maia, Alcolumbre e dos partidos da base aliada.

O silêncio neste momento, quando o caminho pretendido por este desgoverno e a sua natureza estão reveladas, não é inocente. Aos farsantes que esperam quatro anos de mandato para tentar derrotá-lo nas urnas, a história será impiedosa, pois as conquistas democráticas que garantem uma disputa em condições próximas de igual estão sendo destruídas, uma a uma.

Os que se movimentam e debatem a oposição mirando apenas nas eleições de 2022 fazem um movimento típico de distração da plateia e se omitem do enfrentamento necessário agora. Não há nenhum exemplo na história em que governos autoritários e fascistas tenham sido derrotados por acordo ou acaso. Todos só recuaram pela pressão da luta massiva de todos e todas que sofriam com os seus ataques.

É preciso derrotar Bolsonaro e seu governo em todas as suas dimensões, em todas as suas medidas, com todas as suas consequências. E mais do que isso: esse desafio está colocado para agora e é urgente. E para quem duvida a arte não nos faltará, que venha o carnaval.